

1 **CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DA CIB/SC**

2 ATA Nº 01/2014

3 Ao vigésimo segundo dia do mês de maio de dois mil e quatorze, às 13h, no auditório da
4 Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), ocorreu a segunda reunião da
5 Câmara Técnica Permanente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SC) iniciada com a
6 apresentação dos membros titulares, suplentes e convidadas (nova servidora da SST/SC e
7 representante do órgão gestor do município de Blumenau). Após aprovação da pauta, iniciou-se a
8 eleição da nova coordenadora, pois a técnica eleita na primeira reunião, Juliana da Silva, assumiu
9 o cargo de gestora municipal da assistência social em Balneário Piçarras. Respeitando a
10 alternância entre estado e município, acordada anteriormente, a escolha ocorreu entre as
11 representantes dos municípios, tendo sido eleita a técnica Maria Eunice, representante do
12 município de Blumenau. Antes de iniciar o estudo demandado pela CIB/SC, realizou-se a leitura
13 dos documentos encaminhados e recebidos pela secretaria da Câmara Técnica, conforme listado:
14 Ofício CIB Nº 012/2014, de 22 de abril de 2014 (salienta-se que a partir do recebimento deste
15 documento, em 25 de abril de 2014, foi iniciado o prazo, prorrogável, de 90 dias para a conclusão
16 do estudo); Ofício Câmara Técnica Nº 001/2014, de 14 de maio de 2014. Posteriormente,
17 realizou-se a leitura da ata preliminar da reunião da CIB/SC, de 05 de maio de 2014, e dos slides
18 apresentados na referida reunião contendo proposta de Ciclo de Oficinas Regionalizadas. Ciente
19 da discussão e dos encaminhamentos ocorridos na reunião da CIB/SC iniciou-se a discussão
20 sobre o Desenho de Regionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a
21 Famílias e Indivíduos (PAEFI) e dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e
22 Jovens, a partir da leitura da Resolução CNAS Nº 31, de 31 de outubro de 2013, que aprova os
23 princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social
24 (SUAS), parâmetros para a oferta regionalizada do PAEFI e Serviço de Acolhimento e critérios de
25 elegibilidade e partilha. As discussões foram divididas em duas partes: na primeira, discutiu-se o
26 PAEFI, e na segunda, o Serviço de Acolhimento. Para o PAEFI, chegou-se ao entendimento de
27 que é inviável a implantação de CREAS regionalizados (devido à precariedade de estrutura e de
28 recursos humanos nos municípios), abrindo-se a proposta de viabilizar equipes na gestão para a
29 proteção especial a partir de boas experiências em vigor no Estado. Assim, foram encaminhadas
30 as seguintes ações: 1) elaboração de exposição de motivos sobre a inviabilidade da implantação
31 de CREAS Regionais; 2) elaboração de questionário com vistas a diagnosticar a realidade dos
32 serviços de proteção social especial de média complexidade no Estado; 3) estudo de caso dos
33 municípios que possuem equipes na gestão. Na discussão sobre o Serviço de Acolhimento,
34 apontou-se: a existência de consórcios municipais que poderiam servir de base para a
35 regionalização; a possibilidade de discutir os consórcios com a Federação Catarinense de
36 Municípios (FECAM) aproveitando organizações já existentes; a necessidade de trazer
37 profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público para a discussão; a necessidade de
38 enfatizar o serviço de Família Acolhedora. Os encaminhamentos foram: 1) elaboração de
39 questionário visando diagnosticar demanda nos municípios que não possuam serviço de proteção
40 social especial de alta complexidade; 2) diagnóstico da oferta a partir de banco de dados
41 disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Poder
42 Judiciário; 3) estudo de caso dos consórcios; 4) estudo de caso das Famílias Acolhedoras.
43 Acordou-se que os questionários elaborados (tanto para os serviços de média quanto para a alta
44 complexidade) serão apresentados na reunião do Comitê Gestor a ser realizada em 3 de junho de

45 2014, para posteriormente serem repassados aos municípios pelas associações de municípios,
46 que ficariam responsáveis por acompanhar o preenchimento. Para a reunião do dia 3 de junho,
47 acordou-se também levar proposta de inclusão no Comitê Gestor do Conselho Estadual de
48 Assistência Social (CEAS) para que este esteja presente na construção da proposta. Findas as
49 discussões, os membros titulares e suplentes da Câmara Técnica dividiram-se em dois grupos
50 (média e alta complexidade), conforme apresentado a seguir: Média Complexidade - Juliana
51 Nossowitz (PPI); Adriana Machado (PPII); Emiliania Vargas (Médio Porte); Maria Eunice Bernat
52 (Grande Porte); Ana Paula Cioccarri (Estado); Patrícia de Souza (Estado); Leticia Ferreira
53 (Estado); Viviane Potier (Estado). Alta Complexidade - Carla Mota (PPI); Sandra Fernandes (PPII);
54 Ana Paula Vicente (Médio Porte); Luciana da Silva (Grande Porte); Renata Nunes (Estado);
55 Fabiana de Souza (Estado); Fernanda Braz (Estado); Bruna Floriano (Estado). A próxima reunião
56 da Câmara Técnica ocorrerá no dia 30 de junho, das 9h às 16h, em São José. Nesta, será
57 discutido o calendário anual de reuniões. Por último, salientou-se a importância de oficializar aos
58 gestores dos municípios que têm representação na Câmara Técnica agradecimento sobre a
59 participação efetiva e integral das técnicas titulares e suplentes nesta reunião, destacando a
60 importância da participação dos municípios no processo de discussão e construção de proposta
61 sobre a regionalização. Nada mais havendo a tratar, eu Bruna Floriano, secretária da Câmara
62 Técnica, lavrei a presente ata.